



PROCESSO N° : 2013 3449 000236
UNIDADE GESTORA : 344900 – Instituto de Desenvolvimento Rural do Tocantins - RURALTINS.
EXERCÍCIO FINANCEIRO : 2012
ASSUNTO : Prestação de Contas Anual
TIPO DE AUDITORIA : Avaliação da Gestão

RELATÓRIO DE AUDITORIA N° 063/2013

Consoante as disposições contidas na Instrução Normativa n° 006/2003 do Tribunal de Contas do Estado – TCE-TO, procedemos a análise da Prestação de Contas Anual do **Instituto de Desenvolvimento Rural do Estado do Tocantins**, nos termos do inciso XI do artigo 4° da Lei n° 1.415/2003 e do Decreto n° 2.595/2005.

2. O processo está composto de todas as peças relacionadas no art. 10 da Instrução Normativa n° 006/2003.

3. Os relatórios e demonstrativos contábeis de natureza orçamentária e financeira são resultantes dos fatos ocorridos e dos atos praticados pelos responsáveis indicados, no período de **1° de janeiro a 31 de dezembro de 2012**, e evidenciam os resultados alcançados na gestão dos recursos orçamentários e financeiros alocados na Unidade Orçamentária.

3.1 O Balanço Orçamentário, à fl. 210, apurado a partir do comparativo entre a receita e a despesa executadas no período, demonstra superávit orçamentário de **10,41%**, o que indica a boa situação da execução orçamentária da unidade.

3.2 A realização da despesa, demonstrada por categoria econômica e fonte de recursos, indica um bom nível de execução das dotações autorizadas pela Lei Orçamentária Anual, com percentual médio de **73,70%**, conforme quadros a seguir:

CATEGORIA ECONÔMICA	AUTORIZADA	EXECUTADA	%
Despesas Correntes	45.982.752,00	34.857.305,55	75,81
Despesa de Capital	3.631.643,00	1.709.560,36	47,07
TOTAL	49.614.395,00	36.566.865,91	73,70

FONTE DE RECURSOS	AUTORIZADA	EXECUTADA	%
0100 – Recursos Ordinários	28.327.731,00	28.303.277,39	99,91
0104 – Recursos do Tesouro – Emenda Parlamentar	213.564,00	167.058,32	78,22
0225 – Recursos Convênios. c/ Órgãos Federais.	15.870.000,00	6.116.933,90	38,54
0226 – Alienação de Bens	108.100,00	99.485,00	92,03
0229 – Operações Financeiras não Reembolsáveis - Externas	595.000,00	247.006,76	41,51
0240 – Recursos Próprios	4.500.000,00	1.633.104,54	36,29

[Handwritten signature]



TOTAL	49.614.395,00	36.566.865,91	73,70
--------------	----------------------	----------------------	--------------

3.3 A receita orçamentária no período no valor de **R\$ 13.498.749,68**, somada as transferências financeiras recebidas no valor de **R\$ 27.316.406,81**, adicionada as receita extra-orçamentária de **R\$ 42.083.244,73**, e ainda, ao saldo financeiro remanescente no valor de **R\$ 5.315.805,76**, foram suficientes para cobrir as despesas orçamentárias no valor de **R\$ 36.566.865,91**, extra-orçamentária no valor de **R\$ 41.066.641,70**, restando ainda saldo de **R\$ 10.580.699,37**, para o exercício seguinte, conforme se observa no Balanço Financeiro, à fl. 211 a 212.

3.4 O Balanço Patrimonial, à fl. 391, demonstra uma situação positiva dos bens, direitos e obrigações, como se observa a seguir:

3.4.1 O Ativo Financeiro é maior que o Passivo Financeiro em **R\$ 9.115.254,32**, indicando que estão sob controle os gastos e a capacidade de endividamento.

3.4.2 O resultado da comparação do Ativo Permanente, composto pelos bens móveis e imóveis, com o Passivo Permanente (Dívida Fundada), representado pelo parcelamento junto ao INSS, revela que o valor dos compromissos de longo prazo é insignificante.

3.4.3 O Ativo Real Líquido teve redução de **3,34%** em relação ao exercício anterior, devido à desincorporação de bens no período.

3.4.4 Os bens patrimoniais estão registrados pela contabilidade no valor de **R\$ 9.804.288,44**, sendo que **R\$ 3.156.712,84**, são de bens imóveis, **R\$ 5.557.533,09** de bens móveis e **R\$ 180.909,91** de bens em processo de localização, e **R\$ 969.000,00**, de bens imóveis a cadastrar. Houve no exercício valores de incorporações, baixas, baixa de bens móveis em processo de localização, desvalorização de bens móveis e depreciação na ordem de **R\$ 942.629,26**, **R\$ 18.571,64**, **R\$ 6.442.980,60**, **R\$ 1.440,00** e **R\$ 59.867,40**, respectivamente.

3.5 A conta contábil "Almoxarifado" apresenta saldo no valor de **R\$ 730.512,80**, que confere com a posição física e financeira do material em estoque, às fls. 519 a 596, no entanto a conferência dos saldos discriminados nos grupos apresenta divergências entre a contabilidade e o controle físico/financeiro, justificado às fls. 516.

3.6 A conta "Disponível" registra saldo no valor total de **R\$ 10.298.878,61**, lançado corretamente no balancete, consoante extratos e conciliação bancária, às fls. 213 a 410, e discriminado na forma a seguir:

a) banco conta movimento - **R\$ 8.921.974,58**:

1 - **R\$ 253.511,47** na Conta Única do Tesouro Estadual;

2 - **R\$ 8.668.463,11** nas contas bancárias específicas;

b) poupança - **R\$ 1.376.904,03**

 P. 2



3.7 As contas do passivo circulante, à fl. 416, totalizam um saldo de **R\$ 1.480.719,05**, correspondentes à caução, outros credores e restos a pagar, em desacordo com Demonstrativo da Dívida Flutuante à fl. 393, devidamente justificado às fls. 516.

3.8 O saldo inicial da conta "exigível a longo prazo" registra dívida fundada no valor de **R\$ 672.617,14**, referente ao parcelamento com o INSS. No exercício de 2012 foi efetuado pagamento no valor de **R\$ 275.649,18** e cancelamento no valor de **R\$ 45.294,28**, permanecendo saldo que passa para o ano seguinte no valor de **R\$ 351.673,68**, à fl. 392.

4. Os aspectos relativos à legalidade e regularidade dos atos e procedimentos adotados na aplicação dos recursos públicos, incluídos os licitatórios, bem como a comprovação da existência dos bens adquiridos, foram acompanhados e considerados regulares pelos agentes do Núcleo Setorial de Controle Interno - NUSCIN, na conformidade do Relatório de Regularidade, às fls. 623 a 630.

4.1 Os trabalhos do NUSCIN foram supervisionados pela **Segunda Supervisão do Controle Interno** e conferem o sistemático acompanhamento da gestão da Unidade Orçamentária.

4.1.2 Registre-se, ainda, que o NUSCIN tem procurado as orientações da CGE para o aprimoramento do desempenho de suas atividades e fazendo orientações técnicas formais aos responsáveis pelos departamentos da Pasta fiscalizada, quanto às falhas nos contratos e nos processos de pagamento.

5. Ressalte-se, por oportuno, que o Egrégio Tribunal de Contas do Estado não realizou auditoria de regularidade no Instituto de Desenvolvimento Rural do Estado do Tocantins no exercício em análise, conforme informado no Relatório de Regularidade do NUSCIN, às fls. 630.

6.1 O Relatório de Gestão de que trata a IN nº 006/03 TCE aponta os níveis de resultados quanto ao alcance dos objetivos estabelecidos para o Instituto de Desenvolvimento Rural do Tocantins, a eficiência e eficácia dos projetos, atividades, processos e produtos, desenvolvidos com base nas iniciativas, nas metas e nos indicadores estabelecidos no PPA/2012/2015, bem como por meio das ações orçamentárias criadas pela Lei Orçamentária Anual.

6.1.1 O Relatório demonstra que as atribuições do órgão foram desenvolvidas com vistas a contribuir para o alcance dos objetivos definidos nos Programas Temáticos Governo e Cidadão, Agricultura Familiar, Aquicultura e Pesca, Meio Ambiente e Infraestrutura Pública e com suporte nas ações do Programa de Gestão e Manutenção da autarquia.

6.1.1.1 Para esses objetivos foram estabelecidas metas físicas, cujo desempenho no exercício em análise, demonstra que 26 (vinte e seis) tiveram execução média de **66,56%** em relação ao que se pretende alcançar ao final do PPA, e 14 (quatorze) não tiveram nenhuma execução.

 A. P. 3



6.1.1.2 A avaliação do grau de efetividade do alcance dos objetivos definidos no PPA foi realizada por meio da aferição de 02 (dois) indicadores, que evidenciam um nível ainda ou satisfatório) para o órgão.

6.1.2 Os produtos e serviços criados a partir dos objetivos definidos, revelam que o órgão conseguiu entregar 09 (nove) bens e serviços totais e 05 (cinco) parciais, tanto à própria autarquia e servidores, quanto à sociedade, de um total de 24 (vinte) iniciativas, demonstrando um grau de eficiência médio, alcançado pelo órgão.

6.1.2.1 Para a realização das iniciativas foram criadas 32 (trinta e duas) ações governamentais, sendo 23 de natureza atividade e 14 de natureza projeto, cuja execução foi avaliada com base nos índices de gestão orçamentário-financeira e de produtividade, explicitando um médio grau de eficiência.

6.1.3 A execução das ações de gestão, envolvendo um total 05 (cinco) ações de natureza atividade, demonstra que as mesmas tiveram uma considerável contribuição, uma vez que do montante de recursos destinados ao órgão, **52,60%** foram executados por meio do Programa de Gestão e Manutenção.

6.1.4 Houve recebimento de recursos federais no exercício na ordem de **R\$ 10.954.000,00**, conforme demonstrado no Anexo 10, à fl. 199, e houve transferência de recursos financeiros à união, no valor de **R\$ 355.620,41**, conforme demonstrado no Anexo 2, à fl. 197.

7. Com referência à força de trabalho foi informado, como demonstrado às fls. 596 a 603, um quantitativo de 539 servidores ativos, havendo a contratação de 99 servidores com contrato especial, não tendo sido admitidos servidores concursados no exercício de 2012.

8. Com essas considerações, tendo em vista que não foram evidenciados atos e fatos da Gestão em apreço que pudessem comprometer ou causar prejuízo ao Erário Estadual, concluímos pela **REGULARIDADE** das contas apresentadas pelos responsáveis, **Olímpio Mascarenhas dos Reis, Myiuki Hyashida, Jesus Luiz de Assunção Júnior, Cícero Dias Neto, Jonas Aires da Silva** e outros relacionados neste processo às fls. 04 a 06, deste relatório.

SEGUNDA SUPERVISÃO DE CONTROLE INTERNO, aos 25 dias do mês de fevereiro de 2013.


MILÈNE MARTINS RAMOS

Economista/Analista de Controle Interno


SHARLLES FERNANDO B. LIMA

Supervisor de Controle Interno

De acordo. Encaminhe-se ao Senhor Secretário-Chefe


Juvenal Gomes dos Santos

Superintendente de Gestão e Supervisão de Controle Interno